



Presidente **p.11**

“Fizemos um esforço enorme para pôr o país a crescer”



PSD **p.15**

Três meses sem respostas sobre o que passou em Tancos

Povo Livre



n.º 1982

20 de setembro de 2017

Diretor: Miguel Santos | Periodicidade Semanal | Registo na ERC: n.º 105690 | Propriedade: P.P.D./P.S.D. Partido Social Democrata | Identificação Fiscal: 500835012. | Sede de Redação/Editor: Rua de S. Caetano, n.º9, 1249-087 LISBOA
Estatuto editorial: <http://www.psd.pt/ficheiros/ficheiros/ficheiro1501002248.pdf>



MAIORIA DE ESQUERDA ATRASA PORTUGAL

Pedro Passos Coelho num jantar de apoio a Almeida Henriques em Viseu



Jantar com candidatos autárquicos do distrito de Santarém

Cortes agravam cuidados do Serviço Nacional de Saúde

O presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, acusou o Governo de deixar “à míngua” os serviços de saúde e alertou os portugueses de que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) não aguentará mais quatro anos de subfinanciamento. “Não vemos como é que é possível manter o Serviço Nacional de Saúde assim nos próximos quatro anos”, afirmou Pedro Passos Coelho, alertando que se “se mantiver uma lógica de usar a margem de manobra para fazer política populista e demagógica e depois deixar os serviços à míngua”, a deterioração da qualidade “será muito grave”.

O aumento da “dívida” e a “queda significativa” da despesa capital na área da saúde são alguns dos fatores apontados pelo presidente do PSD como causas da degradação do SNS, setor em que, afirmou, “se contarmos os aumentos de salários, ficou menos para gastar na saúde do que no ano anterior”.

Por isso, acrescentou: “as unidades de saúde não sabem para onde se vão de virar” e alertou que só “aqueles que tem seguros ou outros esquemas de saúde poderão aceder a respostas mais qualificadas”.

Já os que não tiverem “ficarão com uma oferta pública de pior qualidade”, afirmou, sublinhando: “tudo perpetrado por um Governo que se diz de esquerda e de consciência social”.

Também os Trabalhadores Social-Democratas (TSD) criticaram a “falta de diálogo” do Governo com dois setores profissionais, os professores e os enfermeiros, estes últimos envolvidos numa greve. Em comunicado sobre “a falta de diálogo com enfermeiros e professores e as graves consequências na saúde e na educação”, os TSD defendem “processos negociais sérios” e que possam produzir “resultados palpáveis”.



Quanto aos professores, os TSD assinalam que o ano letivo começou “com graves problemas na colocação”, “sem qualquer respeito pela sua graduação profissional de milhares de docentes, gerando situações de falta de transparência e de enorme injustiça em virtude da alteração inesperada dos habituais” concursos.

Nos dois casos, alegam ainda, “é fundamental” existirem “processos negociais sérios, o que não se têm verificado por parte do Governo”, resolver “questões profissionais” e salvaguardar os “serviços públicos, ao nível da saúde e da educação, que são fundamentais para os cidadãos e para a igualdade de oportunidades”.

Políticas nacionais influenciam o desenvolvimento das autarquias

Num jantar com candidatos autárquicos do distrito de Santarém, 13 de setembro, Passos Coelho não poupou críticas “à geringonça” e às “políticas nacionais” que influenciam o desenvolvimento das autarquias.

“A política nacional conta, mas a política local também conta”, disse Passos Coelho, para acusar “muitos autarcas da CDU” e também “do PS quando o PS não está no Governo”, de desculpabilizarem “tudo o que corra mal” com

o argumento de que o Governo não fez”.

Com uma solução de Governo a contar com o apoio do PCP e dos Verdes, “bem pode agora o secretário-geral do PCP [Jerónimo de Sousa] vir dizer que não lhe parece que a atual solução política seja patriótica e de esquerda” e que a solução “difícilmente se repetirá”.

“Bem pode dizer isso em véspera de eleições autárquicas”, venceu, acrescentando não saber “como é que se vão desculpar agora nos seus concelhos por alguma coisa estar a correr mal”, depois de terem “suportado o Governo”.

O estado da justiça e da educação estiveram também no rol da críticas do presidente do partido “à geringonça, a que o PSD quer fazer frente, tentando “recuperar o primeiro lugar” em termos de autarquias do PSD.



Dornes: autarcas confirmaram “deficiente resposta no combate aos incêndios”

Autarcas denunciaram problemas como “falta de planeamento estratégico” e “deficiente resposta no combate aos incêndios” em reunião com Pedro Passos Coelho. O presidente do PSD alertou que se podem estar a aproximar “problemas muito sérios” que exigem da administração central e local uma resposta rápida e “concertada”

“Tive a oportunidade de ouvir muitas mensagens que dão conta da grande descoordenação da resposta que houve por parte da Proteção Civil”, afirmou Pedro Passos

Coelho, depois de ter estado reunido com candidatos autárquicos, em Dornes, no concelho de Ferreira do Zêzere.

O presidente esteve com autarcas que, segundo destacou, “lidaram muito diretamente” com os incêndios deste ano. “As queixas foram muitas”, salientou, dando conta da “falta de planeamento estratégico que se refletiu também em deficiente resposta no combate aos incêndios ou na forma como os próprios meios foram empregues neste combate”. Ficaram, também, “muitas sugestões que podem vir a ser úteis para futuro”, assegurou.

“O PSD tem vindo a contribuir com propostas bastante construtivas e importantes para garantir que, no futuro, a resposta possa ser melhor”, lembrou o líder





social-democrata. Destacou que muitos dos contributos também têm que ver com a fase que se aproxima e passa pela “construção, reflorestação, limpeza”, no fundo pela preparação do “futuro, do ponto de vista estrutural e operacional”. Considera que “as pessoas reconhecem que a intervenção do PSD foi importante” e espera que o relatório da Comissão Técnica Independente possa trazer “indicações muito claras sobre o que aconteceu”.

Governo e municípios devem preparar “resposta concertada”

Pedro Passos Coelho alertou para “problemas muito sérios” que poderão chegar “quando vierem as chuvas” e precisam de ser “desde já preparados e minimizados”. Referia-se à eventualidade de “contaminação das águas que servem de abastecimento às populações” e dos “lençóis freáticos”, não apenas devido às “cinzas”, mas também a “tudo aquilo que, com a erosão dos terrenos, poderá ser arrastado para os leitos dos rios e barragens”, um alerta também feito pelo próprio presidente do mu-



nício de Ferreira do Zêzere, Jacinto Flores. Os desafios que se colocam à resposta pública são, portanto, “muito grandes”. “São problemas mais imediatos que precisarão, agora, de uma resposta mais concertada da administração central e local”, insistiu.

Portugal 2020: “Governo tem de dizer quais as suas prioridades”

Questionado pelos jornalistas sobre obras públicas, Pedro Passos Coelho alertou que “o Governo tem de dizer o que quer fazer, quais as suas prioridades e o que é que está a pensar do ponto de vista dos grandes eixos de afirmação de Portugal nos próximos anos”. Considera ser “muito importante pensar no pós-2020”, já que “é uma

negociação que vai arrancar na União Europeia” em breve, pelo que “Portugal tem de estar preparado para isso”.

O presidente do PSD lembrou que importa “obter da parte do Governo um compromisso claro quanto à execução do atual quadro comunitário”, pois “permanece um nível de execução muito baixo”. Fez uma crítica ao Executivo: “é muito rápido a fazer títulos e a lançar conversas muito genéricas, mas demora imenso tempo” a dar resposta às questões que a oposição coloca e que, neste caso, têm que ver com o ponto de situação no que diz respeito a fundos comunitários. Quanto ao PSD, “participará sempre nestas matérias que pertencem ao país”, pelo que não ficará “de fora dessa discussão”, assegurou Pedro Passos Coelho.

Jantar de apoio a António Almeida Henriques em Viseu

Maioria de esquerda atrasa Portugal



“É realmente uma atitude de um primeiro-ministro que revela um sectarismo e uma mesquinhez de que não encontro paralelo na história democrática do país”, afirmou Pedro Passos Coelho no sábado, 16 de setembro, em Viseu, depois de António Costa ter defendido que se deve apenas ao seu executivo o facto de a agência de “rating” Standard & Poor’s ter retirado Portugal da classificação “lixo”. Lembrou que o primeiro-ministro nada disse sobre o contributo do governo anterior. “Como era bom que o debate político pudesse ter mais credibilidade e que tivéssemos governantes mais transparentes”, acrescentou.

Segundo Passos Coelho, trata-se de “uma boa notícia” e que não se pode “excluir o atual Governo desse resultado”. Por isso, referiu-se ao mérito de quem hoje governa “com muita facilidade”, sustentou. “Se não tivéssemos atingido as metas do défice e não tivesse havido um compromisso em reduzir o peso da dívida nos próximos anos a decisão da Standard & Poor’s não teria sido possível”, explicou.





Contudo, e “mesmo que os partidos da geringonça tenham dificuldade em reconhecê-lo”, o trabalho desenvolvido pelo executivo anterior em muito contribuiu para a decisão que ontem foi conhecida. “Se tivéssemos falhado, estaríamos ainda à espera de sair do resgate, quanto mais de melhorar a notação financeira”, alertou o líder social-democrata.

Pedro Passos Coelho não se poupou a críticas ainda a Jerónimo de Sousa (que insistiu na ideia de que o País não se governa com rating), como a Catarina Martins (que alegou que Portugal saiu do “lixo” porque se adotaram políticas contrárias às defendido pela Standard & Poor’s). Argumentou que “realmente não há mais cego do que aquele que não quer ver” e que não lhes “dá jeito” assumir que nestes dois anos têm apoiado políticas contrárias às que, anteriormente, defendiam.

“Geringonça atrasou-nos em vez de nos ter adiantado”

O líder social-democrata voltou a afirmar que Portugal está a crescer em 2017 o que devia ter crescido



ainda em 2016, estando por isso a perder tempo. Lembrando que se poderia ter aproveitado melhor a conjuntura externa favorável, reiterou ser muito claro que “a geringonça atrasou-nos em vez de nos ter adiantado”. “No dia em que uma agência de ‘rating’ tirou Portugal do lixo, ainda tínhamos taxas de juro a dez anos mais elevadas do que quando deixei o lugar de primeiro-ministro”, esclareceu Pedro Passos Coelho, recordando que, em 2016, as taxas de juro do País aumentaram em contraciclo com “a esmagadora

maioria dos países da zona euro”.

Dentro da geringonça, “a importância de ter juros mais baixos não tem a mesma relevância para todos, muitos acham irrelevante”, denunciou ainda, acrescentando também que há ainda os que não querem fazer as reformas que as próprias agências de “rating” “consideram fundamentais”. “Não há dia em que o PCP e o BE não querem reverter a legislação laboral, um dos elementos críticos”, afirmou.



Ministros dizem, agora, que “as finanças não permitem tudo”

Pedro Passos Coelho abordou, também, o leilão orçamental em Portugal, revelando que há já “vários ministros a quererem travar a euforia orçamental”. Deu como exemplo a ministra da Justiça e o próprio ministro das Finanças que, em função das exigências de profissionais de vários setores, vieram a público esclarecer que “as finanças não permitem tudo”. “Agora, que nunca estivemos tão bem, é que é preciso ter cuidado?”, perguntou o social-democrata, ironizando e criticando um Governo que “inflamou as expectativas e gerou a euforia” ao esconder impostos e até menos investimento. “Vem agora o Governo queixar-se e apelar para os limites da política orçamental?”, continuou, depois de ter lembrado que a oposição sempre quis chamar a atenção do País para a realidade.

O presidente do PSD recordou a presença de António Costa em Bruges, onde discursou sobre a Europa. “Não se distanciou do meu discurso de há mais de dois anos quando era primeiro-ministro”, disse para, logo depois, denunciar que o distanciamento que, efetivamente, se verificou foi relativamente aos partidos que o sustentam no Governo. “O primeiro-ministro foi dizer exatamente o contrário do que dizem os seus parceiros em Portugal”, afirmou, criticando quem em Portugal se alia aos que são antieuropeístas e na União Europeia se distancia deles. “Dá isto confiança para futuro?”, questionou, argumentando ser importante ter “uma política que fale verdade às pessoas” e que não dissimule o desinvestimento que tem acontecido na Saúde, Educação, Investigação ou Inovação.



Viseu: António Almeida Henriques fez “um trabalho notável”

“Queremos para futuro, o que queremos para Viseu: que não apareça gente a fazer de conta que não recebemos uma boa herança porque recebe-

mos”, salientou Pedro Passos Coelho que, este sábado, apoiou a recandidatura de António Almeida Henriques ao município viseense. Lembrou que o candidato e autarca recebeu uma “herança boa” e revelou, nos últimos quatro anos, ter sido a “pessoa certa”, já que “superou as expectativas” e fez “um trabalho notável”.

Apresentação de Nuno Gonçalves à Câmara de Torre de Moncorvo

Centeno não explica por que é que Portugal passou a ter a “quarta maior dívida do mundo”



O primeiro-ministro demorou dois anos a desmentir as suas críticas ao governo anterior. O ministro das Finanças não explica como é que Portugal se tornou o país com a quarta maior dívida do mundo. Em Torre de Moncorvo, domingo, 17 de setembro, Pedro Passos Coelho desmistificou a “retórica mentirosa” do Governo e da sua maioria parlamentar, concluindo que a realidade acaba sempre por impor-se.

Depois de conhecida a notícia de que a agência Standard & Poor’s melhorou o “rating” de Portugal, o primeiro-ministro “explicava as grandes vantagens” dessa notícia para Portugal, descreveu Pedro Passos Coelho, este domingo, na apresentação da recandidatura de Nuno Gonçalves à presidência da Câmara de Torre de Moncorvo. Para o presidente do PSD, o chefe do Governo reconheceu que a melhoria do “rating” permitirá “ter dinheiro mais barato”. Em consequência, há “mais confiança dos investidores externos”. Quanto mais confiança externa, “mais baixa a taxa de juro, menos temos de pagar de juros” e “mais dinheiro sobra para outras coisas que são precisas”, como os serviços públicos, explicou o líder do PSD. “Ontem, o primeiro-ministro explicava isto, mas não explicou por que é que, durante o ano a seguir às eleições de 2015, em que escolheu a geringonça para governar, os juros em Portugal aumentavam” enquanto os dos nossos pares europeus desciam.

E chega assim o reconhecimento de que o PSD tinha razão quando, nos últimos dois anos, alertou para a necessidade de Portugal aproveitar as condições favoráveis de que outros países da Zona Euro beneficiaram, como as taxas de juro mais baixas. Na verdade, estes dois anos foram um tempo perdido. “Por que é que demorámos quase dois anos a convencer as pessoas de que era possível, em Portugal, ter uma política” que recuperava o caminho



que vinha de trás e permitia ter acesso a “dinheiro mais barato”, interrogou Pedro Passos Coelho.

O presidente do PSD critica o Governo, mostrando que, no dia em que chegou a notícia da melhoria do “rating”, as “nossas taxas de juro estavam em níveis mais elevados do que quando o PSD e o CDS deixaram o governo”. “Esperamos que agora possam aparecer juros

mais baixos”, mas e o “dinheiro que se perdeu”, as taxas que podiam ter estado mais acessíveis e o tempo que se desperdiçou... E tudo, lembra Pedro Passos Coelho, “porque o dr. António Costa quis construir uma geringonça com o Bloco de Esquerda e o PCP para chegar ao Governo”. O primeiro-ministro “descobriu agora as virtudes” do que antes criticava, rematou.

Também a geringonça enfrenta hoje a realidade, refugiando-se numa retórica falsa. O líder do PSD lembrou que o PCP “já disse que não lhe interessa nada o que as agências de ‘rating’ possam dizer”. Já o Bloco de Esquerda, numa afirmação “muito curiosa”, disse que o ‘rating’ melhorou porque “o Governo fez o contrário do que eles [Standard & Poor’s] achavam que se devia fazer”. E mesmo agora, a coordenadora do Bloco de Esquerda rompe com o primeiro-ministro, apontou Pedro Passos Coelho ao recordar a resposta de Catarina Martins à afirmação de António Costa quando, em entrevista recente, considerou que qualquer um dos líderes da geringonça, no seu lugar, faria o mesmo. Pedro Passos Coelho relatou: “O que é que disse agora a coordenadora do Bloco de Esquerda sobre a importância de haver equilíbrio orçamental e de se prosseguir um orçamento que mantivesse a necessidade de baixar o défice e a dívida? Disse esta coisa muito significativa: se estivesse no lugar do primeiro-ministro, como ele sugeria, teria feito muito mais do que ele.”

“De facto, gastámos menos do que podíamos ter gasto nos setores essenciais”, conforme afirmou a líder do Bloco de Esquerda. Mas, para Pedro Passos Coelho, esta afirmação não é surpresa. “Enquanto o PSD e o CDS andavam a denunciar, no Parlamento, que só se tinha chegado ao resultado do défice”, os membros do Bloco de Esquerda “diziam que estávamos ressabiados e, portanto, como a política agora era boa e a nossa é que era má, criticavam-nos”. Hoje, “o Bloco de Esquerda vem dizer que nós tínhamos razão”, resumiu Pedro Passos Coelho.

Narrativa do Governo está a colapsar diante da realidade

Se o Governo tivesse gasto mais em setores essenciais, conforme o PSD exigiu e como o Bloco de Esquerda vem só agora apontar, o défice do Estado teria sido maior e as taxas de juro não estariam possivelmente nos níveis atuais. “Demorou dois anos para que o primeiro-ministro desmentisse as críticas que se faziam ao Governo do PSD e do CDS, quando foram tomadas medidas difíceis para por a economia nos carris” e “afinal, hoje, percebem que não tinham razão” aqueles que criticavam o rumo seguido.

Pedro Passos Coelho endurece o tom das críticas: “E não vale a pena andar dois anos a dissimular e a esconder o custo de se chegar a um resultado do défice que é importante” – “a realidade acaba sempre por se impor”. “Que ironia”, acrescentou ainda, lembrando esta conclusão do antigo Presidente da República Aníbal Cavaco Silva e as críticas que, então, a geringonça e o Governo lhe dirigiram.

Hoje, porém, os membros do Governo começam a aperceber-se dessa mesma realidade. O ministro do Planeamento, Pedro Marques, aponta agora que não há folga. O ministro das Finanças, Mário Centeno, lembra as metas orçamentais a propósito das exigências dos enfermeiros e das negociações para o próximo Orçamento do Estado. E a ministra da Justiça refugia-se na conjuntura económico-financeira para recusar aos magistrados os seus pedidos. “E é o primeiro-ministro que diz que temos de prosseguir este caminho de equilíbrio”, ressaltou Pedro Passos Coelho. “Dois anos! Imaginem o tempo que o País perdeu.” O presidente do PSD afirma: “Equilíbrio já nós tínhamos em 2015 e teríamos aproveitado muito mais o tempo” para promover o crescimento da economia e do emprego, para corrigir as assimetrias do interior, para combater as desigualdades sociais.

“Em política, mais dia menos dia, as retóricas mentirosas têm perna curta e sempre se vê aquilo que acontece”, defendeu. “Nós podíamos ter feito outros caminhos mas este governo preferiu repor, num ano, os salários na administração pública e oferecer às pessoas a ideia de que a austeridade tinha passado e, pior, que só tinha existido porque havia um governo de má índole”. No limite, ironiza Pedro Passos Coelho, se o PS tivesse governado no mandato anterior, “não teria havido pré-bancarrota” e talvez nem a dívida pública tivesse disparado.





“O ministro Mário Centeno resolveu dizer que a dívida pública portuguesa é a quarta maior do mundo”, lembrou Pedro Passos Coelho para desafiar o responsável das Finanças a explicar “como é que se chegou à quarta maior dívida do mundo”. “Quem é que a fez? Quem é que, entre 2005 e 2011, duplicou a dívida externa do País senão os socialistas que hoje se lamentam dessa dívida?”, criticou.

“Uns criam a dívida, os outros tratam de a pagar”, rematou Pedro Passos Coelho, apontando que foi essa tarefa que Nuno Gonçalves herdou no seu primeiro mandato na Câmara de Torre de Moncorvo e desejando ao atual presidente da autarquia que possa mobilizar as pessoas para o ato eleitoral do próximo dia 1 de outubro. É que, apontou o presidente do PSD, “não vamos ao ponto a que as pessoas hoje no Governo foram, de sugerir que era melhor proibir os jogos de futebol” para assegurar mais participação democrática. Numa democracia madura, isso “é absurdo” e “não é o caminho”. “Temos de procurar mobilizar as pessoas que acham que não vale a pena ou que a coisa está decidida.”

“O futuro da terra de cada um de nós depende das escolhas que cada um de nós faz”, apelou o presidente do PSD, explicando que os social-democratas querem um País “que pague as suas dívidas e onde as pessoas possam viver o melhor possível, com um SNS que funcione e onde não se corte no investimento”, nem na educação e no apoio social.

“É isso que trataremos, nos dois anos que faltam da legislatura, defender aos olhos dos portugueses – expor a retórica falsa que é alimentada todos os dias com mesquinhez por parte da geringonça”, garantiu.



Pedro Passos Coelho na apresentação de candidatura de Pedro Lima a Vila Flor

“Fizemos um esforço enorme para pôr o país a crescer”



“Não é preciso prometer o céu. Basta dizer às pessoas o que podemos desafiar com os pés assentes para depois não termos de andar a inventar histórias da carochinha”, afirmou no domingo, 17 de setembro, Pedro Passos Coelho, em Vila Flor, distrito de Bragança, numa crítica ao atual Executivo cujos ministros e próprio primeiro-ministro vem, apenas agora, confirmar que “a margem de manobra está a estreitar” e, por isso, apelar “ao equilíbrio”.

Foram precisos “dois anos para perceber o que nós sabemos há tanto tempo: claro que é preciso equilíbrio”, esclareceu o líder do PSD. “Que pena que tenho que nestes dois anos se tenham perdido oportunidades”, reforçou, lembrando o “investimento cortado na Saúde e Educação” e a deterioração dos serviços do Estado. “Agora que vivemos bem, que a economia cresce, que o ‘rating’ melhora” é que o Governo vem dizer que “a conjuntura não dá para tudo”, criticou. “Em véspera de orçamento vem dizer que é preciso arrefecer os ânimos, que não pode haver euforias”, acrescentou.



Pedro Passos Coelho insistiu que o PSD nada tem contra o aumento dos rendimentos. Aliás, foi com o seu executivo que se iniciou que essa devolução. A retórica de quem hoje governa denuncia, portanto, uma “preocupação tão grande em contar uma história nova”. Parece, aliás, esconder que o governo “Sócrates não foi ficção”, nem a bancarrota uma invenção dos social-democratas. Segundo afirmou, as dificuldades enfrentadas pelo País resultaram “de muita irresponsabilidade junta”. “Como não ter isto presente quando quem governa quer contar uma história diferente da do passado?”, reiterou.

Por isso, o presidente do PSD quis deixar claro que em Portugal, “durante muitos anos, se cometeram erros que se pagaram muito caro”. “No período em que desempenhei funções no Governo pude observar o esforço extraordinário que os portugueses fizeram para ultrapassar esse tempo”, recordou.

“Fizemos um esforço enorme para pôr o País a crescer e aqueles que hoje governam não estiveram disponíveis para nada”, criticou, salientando que os que foram, entre 2011 e 2015, oposição “escolheram governar através de uma coligação no Parlamento”. Volvida metade da legislatura, “o que é que ficou?”, questionou. “Ficou uma preocupação permanente de dizer mal do que estava antes”, explicou para logo referir que, dois anos depois, e “ainda se quer diabolizar o primeiro-ministro de então”.

Vila Flor: “Já chega de dar oportunidades a quem as desperdiça”

O líder social-democrata marcou presença, este domingo, junto do candidato ao município de Vila Flor, Pedro Lima. “É um homem novo com muita experiência



que mostra que vale a pena ser empreendedor, lutador e virar o jogo quando é preciso”, disse, referindo-se também a uma equipa igualmente jovem. “Já chega de dar oportunidades a quem as desperdiça”, considerou para logo salientar que as eleições que se aproximam são o momento indicado para que esta “equipa nova possa mostrar que é possível fazer diferente”, tendo como foco as pessoas. “O que interessa é podermos colocar o nosso saber ao serviço da comunidade”, disse.

Vila Flor não pode “perder esta oportunidade” de mudança. “Eles tiveram 24 anos de oportunidades, não vou dizer que tudo foi mau [...], há muito boa obra em Vila Flor, mas são obras que não foram feitas para as pessoas, foram feitas para garantir a próxima eleição”, acusou o candidato Pedro Lima, que elegeu como primeira prioridade o combate à desertificação.





Pedro Passos Coelho em Chaves

“Habilidadezinha” de comunicação com os impostos

Mário Centeno anunciou um alívio fiscal que já tinha sido anunciado no ano passado. Em Chaves, segunda-feira, 18 de setembro, o líder social-democrata, Pedro Passos Coelho, lembrou a esse propósito, a “habilidadezinha de comunicação” do ministro das Finanças que ao referir-se à eliminação da sobretaxa, criando falsas expectativas em relação ao alívio da carga fiscal. Alertou para as “narrativas muito mentirosas” e lembrou o alívio fiscal decidido em 2015 – 450 milhões de euros – no aumento dos reembolsos de 2016.

“O PSD preparou bem estas eleições e espera que os seus candidatos possam ser reconhecidos”, afirmou segunda-feira, Pedro Passos Coelho, em contacto com a população em Chaves, cujas termas “são procuradas por muita gente e têm, realmente, um valor indiscutível”.

Acompanhado pelo candidato à Câmara Municipal, António Cabeleira, garantiu que o seu propósito enquanto líder do PSD “é poder incentivar todos [os candidatos] a fazerem uma boa campanha”, assim como levar a mensagem social-democrata “a cada um dos eleitores”. Por isso, explicou que o objetivo é “estar com o maior número possível de candidatos”.

“Não somos defensores de uma carga fiscal elevada, antes pelo contrário”, esclareceu o presidente do PSD, acrescentando que “o que é preciso é que os impostos possam ir a par com as despesas que o Estado tem”. Lembrou quando, em 2015, o seu governo pôs em prática “um alívio fiscal destinado às famílias e que representou quase 450 milhões de euros”. “Parece que o Governo

agora quer produzir um alívio de cerca de 200 milhões de euros, não me parece que seja extraordinário, mas é bem-vindo”, considerou, salientando ser “dispensável que se esteja a criar mais uma categoria, mais um escalão”, mas que “era bom que se usassem os escalões que existem para baixar a taxa do imposto”.

O país já espera que em 2018 não haja sobretaxa de IRS

Sobre a presença de Mário Centeno na RTP, Pedro Passos Coelho referiu que o ministro das Finanças “con-





seguiu dar a entender que ia haver novidades quando, de facto, não há nenhuma”, pois o país já espera que em 2018 não haja sobretaxa de IRS. “A sobretaxa extingue-se, isso já estava prometido, não é nada de novo”, salientou. Tratou-se de “uma habilidadezinha de comunicação”, disse, logo depois de ter criticado a posição interveniente do atual Executivo quando, em véspera de eleições, “pode estar a induzir as pessoas em erro”. “Temos de ter muito cuidado com as pessoas que fazem este tipo de comunicação, porque não há dúvida de que orientam a sua comunicação de forma poderosamente demagógica”, alertou, acrescentando ser necessária “uma desconstrução destas matérias”.

Pedro Passos Coelho alertou, ainda, que “quando os governos têm narrativas que são muito mentirosas sempre acabam por vir ao de cima e por se perceber que a conversa casa pouco com a realidade”. Assim, para que possa ser feita a normalização da função fiscal e o alívio dos impostos, importa que “o Estado vá fazendo a revisão da despesa”. Contudo, é algo que não tem sido feito, apesar de ter sido constituído um grupo de trabalho cujas conclusões não foram ainda reveladas. “Já as pedimos e o Governo, com imensa sobrançeria, não responde”, denuncia.



Três meses sem respostas sobre o que passou em Tancos



O PSD lamenta que, passados três meses, Governo ainda não tenha dado uma explicação sólida, convincente e tranquilizadora sobre o alegado furto de equipamento militar do paiol de Tancos. Num debate de atualidade e por iniciativa do PSD, hoje, no Parlamento, Carlos Costa Neves e Sérgio Azevedo, defenderam que o “caso Tancos” não pode ser esquecido.

“O que aconteceu em Tancos? Como e quando foi assaltada a instalação militar? O que desapareceu? Que consequências se tiram do que aconteceu? De quem é a responsabilidade operacional? De quem é a responsabilidade política?”, questionou Costa Neves.

O deputado criticou a ausência de respostas e, sobretudo, a completa desorientação do ministro da Defesa em torno do caso: desautorizações e exonerações de chefias militares, declarações e entrevistas contraditórias, e desvalorização pública do equipamento furtado.

Sérgio Azevedo, por sua vez, qualifica o episódio de Tancos como “um assunto grave”. “Põe em causa a segurança do Estado, compromete Portugal no quadro internacional e merece um cabal esclarecimento das instituições militares e políticas que tutelam a Defesa Nacional e um inquestionável esclarecimento ao Parlamento português”, alertou o deputado social-democrata.

Sérgio Azevedo enumerou as três dimensões que decorrem da ocorrência do furto de material bélico: as responsabilidades desencadeadas pelas autoridades judiciais; as responsabilidades encetadas pelas estruturas



envolvidas, nomeadamente o Exército; e a cooperação do Ministério da Defesa Nacional com os órgãos de soberania.

No plano político, Sérgio Azevedo apontou o interesse superior dos cidadãos na matéria. “Este não é um debate para agastar o Governo, nem o ministro da Defesa em

particular. Não é um debate político-partidário comum. É um debate a favor da segurança do Estado”, frisou o deputado.

Além do apuramento dos factos, o PSD considera que é fundamental que tudo seja feito para que o episódio de Tancos não se repita.

Governo não paga às empresas

O Governo anunciou o fim da austeridade, mas não paga o que deve às empresas privadas. O Estado deve mais de 1000 milhões de euros às empresas, porém, “não deixa de ser curioso” o ministro da Economia ter afirmado a um jornal espanhol que a austeridade já faz parte do passado.

Na audição ao ministro da Economia, Luís Leite Ramos, deputado do PSD, manifestou preocupação com o incumprimento dos compromissos pelo Estado, nomeadamente com os períodos de pagamento, que “são cada vez mais longos”, gerando “dívidas acumuladas” nas empresas. Luís Leite Ramos questionou o ministro “se vai fazer alguma coisa para libertar algumas cativações e arranjar meios suplementares” para resolver esta situação.

“Os problemas causados às empresas e à economia quando o Estado não é bom pagador, não paga a horas, tem problemas adicionais”, insistiu Luís Leite Ramos.

No plano fiscal, e “uma vez que a austeridade já acabou”, assinalou Luís Leite Ramos, por que é que o Governo não baixa o IRC às empresas, conferindo-lhes mais competitividade? “O seu Governo já convenceu o ministro das Finanças e o primeiro-ministro a baixar o IRC no próximo ano e a fazer parte do Orçamento de 2018?”, questionou.

De acordo com dados da Direção-Geral do Orçamento, são vários os serviços da administração direta e indireta do Estado que apresentam um prazo médio de pagamentos superior a 60 dias, dependentes de ministérios como o da Cultura (gestão administrativa e financeira da cultura, 568 dias), da Defesa Nacional (laboratório militar e produtos químicos e farmacêuticos, 109 dias), da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (direção-geral de alimentação e veterinária, 105 dias).



Autoeuropa: paz social e proteger a imagem do país

“A esmagadora maioria do País está ainda em choque com o que aconteceu na Autoeuropa”, afirmou Luis Leite Ramos, “uma empresa que tem o papel de motor da economia portuguesa. O que é que o senhor ministro já fez para garantir que esta empresa e o cluster em torno vão continuar a dar um contributo positivo à economia portuguesa? O que está disposto a fazer para garantir que não é destruído aquilo que foi feito durante décadas?”, interrogou o deputado.

Luís Leite Ramos espera que o Governo possa assegurar a paz social na empresa e proteger a imagem do País, fundamental para a captação de investimento.

Proibir jogos em dia de eleições é “manobra de diversão”



A proposta do Governo, de interditar eventos desportivos em dia de eleições, constitui uma reação avulsa, influenciada pelo sabor dos acontecimentos que invadem o espaço público e tratados de forma superficial. “Na legislação que produzimos andamos sempre pontualmente a fazer uma alteração. Ou vemos o todo ou não andamos a fazer retalhos”, alertou José Matos Rosa, secretário-geral do PSD, esta manhã, na Antena 1.

Luís Marques Guedes, deputado do PSD, considera que a intenção do PS é, sobretudo, uma manobra e uma ofensa. “Isto é uma manobra de diversão e um insulto que procura infantilizar a mentalidade dos portugueses. Tentar entender que os portugueses não têm discernimento suficiente para distinguir a importância entre atividades lúdicas e aquilo que é o exercício de um direito fundamental como o direito de voto. O que virá a seguir? Proibir cinemas, teatros, que se encerrem os museus ou os centros comerciais em dias de voto?”, afirmou Luís Marques Guedes, em declarações à TSF.

Na quarta-feira, em Ferreira do Zêzere, o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, defendeu que, a seu tempo, deveremos fazer um “debate diferente”, sobre “como motivar mais os portugueses para que possam participar mais nas eleições”.

José Matos Rosa em Gavião

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve na apresentação da candidatura "Gavião para todos", domingo, 17 de setembro 2017. Eduardo Pereira é o candidato pela coligação PPD/PSD/CDS-PP à Câmara Municipal de Gavião, distrito de Portalegre.



Universidades estão sem dinheiro para ordenados

Para cobrir os custos com ordenados, o Governo terá de reforçar as verbas destinadas às universidades e institutos politécnicos ainda este ano. Esta é a principal conclusão que decorre da reunião de trabalho entre os deputados do PSD e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).

De acordo com Margarida Mano, deputada social-democrata, universidades e politécnicos terão apresentado orçamentos de valor zero idênticos aos do ano passado. “É óbvio que tem de haver transferências para as universidades e politécnicos de modo a cumprirem os compromissos, o pressuposto dos reitores será que não vão ser usadas as receitas próprias”, disse.

Margarida Mano congratulou-se com o número de candidatos colocados na primeira fase do ensino superior. Trata-se de “um aumento esperado, para o qual o PSD deu o seu responsável contributo com o alargamento da escolaridade obrigatória em 2012, que foi implementada em 2013”.

A deputada alerta, no entanto, para a discrepância de realidades: “Instituições de ensino superior litoral norte com taxa de colocação acima dos 95% e as restantes instituições com taxas até 60%”.



Comunicado dos ASD

Catarina Martins errou o alvo. Não é com os autarcas que Catarina Martins tem que estar chocada, mas sim com o Governo que apoia e que se vangloria de condicionar.

Os Autarcas Social Democratas criticam a forma como a líder do Bloco de Esquerda se tem pronunciado sobre questões relacionadas com as autarquias portuguesas. A propósito das considerações tecidas por Catarina Martins, ontem, na Marinha Grande, no que respeita aos serviços prestados pelas autarquias à população, nomeadamente nos acessos à educação, saúde, cultura e ambiente e aquilo que Catarina Martins diz ser “o silêncio cúmplice” das autarquias no que respeita aos serviços públicos, o Presidente dos ASD, Álvaro Amaro, diz não estranhar a atitude, uma vez que “já nos habituámos à esquerda portuguesa, e em particular à esquerda que condiciona a governação de Portugal, protagonizada pela Dra. Catarina Martins, a procurar omitir as fragilidades da sua cogovernança atacando os outros partidos. Agora apontou o alvo aos autarcas.”

Basta de teatro

“Os autarcas não são bode expiatório da absorção que o PS faz do Bloco de Esquerda nem a tábua de afirmação da sua tendencial menor influência no palco nacional em detrimento do Partido Socialista.

A realidade é que só se percebe um objetivo: colocar-se teatralmente no papel de defesa das populações, tentando minorizar o papel que os autarcas desempenham em prol das populações e, simultaneamente, estender um manto de penumbra sobre a governação do País onde Catarina Martins teve um papel principal na influência das decisões que conduziram ao corte do investimento de capital nas áreas sociais, ao corte no investimento nos serviços públicos que só não entraram em maior degradação porque as autarquias cobriram com o seu orçamento as necessidades dos serviços públicos, assumindo como sempre, um papel de responsabilidade.

A Dra. Catarina Martins sabe que na hora certa será descartada pelo Partido Socialista e, até lá, tem que fazer prova de vida, mas, nunca aceitaremos que seja à custa dos autarcas”, avisou o presidente dos ASD.

ASD – 19 de setembro de 2017

Plano Juncker é uma oportunidade para Portugal



O Parlamento Europeu, a Comissão e o Conselho chegaram a acordo para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) 2.0, conhecido por “Plano Juncker”, que pretende mobilizar 500 mil milhões de euros até 2020.

O acordo final para o “Plano Juncker 2.0”, que foi obtido após sete trilogos, vai permitir reforçar a competitividade, o crescimento, o emprego e a qualidade de vida dos cidadãos da União Europeia através de investimentos sustentáveis. O novo fundo foi alargado a novos sectores, nomeadamente, agricultura, floresta, aquacultura, pesca e à área social.

O relator do FEIE, José Manuel Fernandes considera-se “satisfeito por ver acolhidas as suas propostas para que os países da política de coesão como Portugal, as regiões menos desenvolvidas e os pequenos projetos tenham um acesso mais facilitado ao novo fundo”.

Também o reforço do Advisory Hub para aconselhamento e estruturação de projetos e plataformas está consagrado, assim como uma redução dos custos de financiamento para regiões onde há falhas graves de mercado.

Para o eurodeputado, “o Governo de Portugal não pode desperdiçar esta oportunidade. É necessário que os objetivos da Instituição Financeira de Desenvolvimento, conhecido como Banco de Fomento, não sejam desvirtuados. Tem a obrigação de avançar com plataformas de investimento, por exemplo, para a regeneração urbana, investimentos na área do turismo, floresta, área social e ambiente.”

Desta forma, “será mais fácil atingir o objetivo de uma boa distribuição geográfica dos investimentos uma vez que os pequenos projetos serão mais facilmente financiados.”

“Com o FEIE2.0, reforçamos este novo instrumento (Plano Juncker) que vai permitir continuar o crescimento e aumentar o emprego. É um fundo inovador e diferente, que não diz o que pretende fazer, mas antes interpela os interessados com uma garantia: financiar projetos viáveis que não se conseguem enquadrar nos fundos atuais, nem se financiar pelo mercado”, realçou José Manuel Fernandes.

Desde a sua criação em 2015, o FEIE já contribuiu para mais de 225 mil milhões de euros em investimentos, beneficiando 425 mil PME e criando 300 mil novos empregos na União Europeia. O FEIE é um fundo de garantia que permite ao Banco Europeu de Investimento utilizar os fundos da União Europeia como garantia para fornecer empréstimos e participações em projetos livres de risco. Desta forma, este fundo ajuda projetos de alta qualidade que não podem ser implementados no âmbito de instrumentos financeiros existentes.



Cadeia de Ponta Delgada põe em causa direitos humanos

O líder do PSD/Açores, Duarte Freitas, expressou “preocupação” quanto às condições “degradantes” do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada que “põem em causa os direitos humanos” e disse esperar “evolução” na construção de um novo estabelecimento até à próxima visita do Presidente da República ao arquipélago.

“Estamos aqui de novo hoje para expressar essa preocupação face às condições que aqui existem ou à falta de condições que aqui se detetam. Já vem longo o tempo, houve sucessivas promessas, continua-se à espera de soluções, quer seja das obras imprescindíveis para manter o mínimo de dignidade, quer seja em especial do início da construção do novo estabelecimento prisional”, afirmou Duarte Freitas.

O presidente do PSD/Açores falava aos jornalistas após visitar o estabelecimento prisional de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, 13 de setembro, ocasião em que disse aguardar a evolução quanto ao processo até à próxima visita do chefe de Estado, que deverá ocorrer no final de outubro.

“Depois de termos levado o assunto ao senhor Presidente da República na última visita que ele fez aos Açores e sabendo que ele virá em breve, contamos que possa haver já alguma evolução (...) para que, não só as obras imprescindíveis avancem, mas especialmente para que se assine o protocolo, que se espera desde maio, para que possamos avançar com o novo estabelecimento”, declarou.

O líder do PSD/Açores admitiu haver “um enorme esforço por parte dos dirigentes e dos guardas” da cadeia para conseguir manter o mínimo de condições em relação aos reclusos, considerando estar em causa “a dignidade e os direitos humanos”, porque as condições são “muito más”.

Duarte Freitas explicou ter encontrado um estabelecimento prisional com “muitos reclusos nas mesmas camaratas” e um “edifício bastante degradado”, frisando que esta situação “não pode permanecer infinitamente”.

Segundo Duarte Freitas, as obras para tornar mais dignas estas instalações, prometidas há mais de um ano, “ainda não avançaram”, além de que se continua à espera “desde maio de um protocolo” a assinar entre os governos regional e nacional para avançar com uma nova cadeia.

“A problemática só se resolve definitivamente com um novo estabelecimento prisional, razão pela qual é fundamental, crucial, que a breve trecho se assine o protocolo”, defendeu.

Duarte Freitas lembrou que é preciso não esquecer, por outro lado, “as obras imprescindíveis na cadeia da Horta”, na ilha do Faial, referindo que esta “tem também condições terríveis, quase um atentado à dignidade humana”.

POVO LIVRE

Directora: **María Eduarda Azevedo** Director-Adjunto: **João Cordeiro Pereira**

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Marcelo visita bairro de lata na Quinta Grande

Milhares de portugueses vivem em pobreza na Área Metropolitana de Lisboa

página 12

Jantar de militantes e dirigentes em Cantanhede

Governo AD quer reforçar as classes médias combatendo pobreza

página 9

Carlos Pimenta reúne os especialistas

Governo do PS tem de explicar cedências a Espanha nos rios Douro, Tejo, Minho e Guadiana

página 6

JSD arranca com campanha nacional

António Guterres tem de cumprir promessa de fim do SMO

página 7

PSD reúne-se com embaixadores da América Latina

Cimeira do Rio de Janeiro vai aproximar União Europeia e AL



Na sequência dos encontros para troca de impressões periódicas com os diplomatas acreditados em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa ofereceu um almoço aos embaixadores dos países da América Latina. O tema central do encontro foi a primeira Cimeira UE-América Latina, a realizar no Rio de Janeiro, em Junho deste ano



Por uma saúde digna, pelo meu dever de cidadania

José Matos Rosa (*)

Considere-se a greve de enfermeiros que decorreu esta semana como ponto de partida para uma chamada de atenção.

Portugal é um país pequeno na sua dimensão geográfica, quando comparado com outras nações europeias. Temos uma população que ronda os 10 milhões. Temos uma história longa e uma democracia que, sendo ainda jovem, já garante a todos os que aqui nascem e escolhem morar um conjunto de direitos indispensáveis à possibilidade de uma vida digna. Neste contexto, é impossível fechar os olhos a problemas básicos como a instabilidade que atingiu a prestação da saúde pública e às limitações impostas aos recursos das unidades de saúde.

As greves de enfermeiros e médicos são o ponto mais visível de um agravamento de tensões, relatado diariamente nos jornais, TVs e redes sociais.

A saúde pública não pode chegar a uma situação limite como colocar em causa o atendimento a grávidas ou agravar as listas de espera para consultas e cirurgias.

Não podemos aceitar recuos civilizacionais no acesso rápido e digno à saúde pública. Não podemos aceitar que as unidades de saúde fiquem em risco de não conseguir prestar os cuidados médicos devidos, porque os seus fornecedores deixam de prover os recursos necessários ou porque os seus profissionais – que dão provas diárias de seriedade – são sacrificados na sua dignidade.

É tempo de dizer basta a esta degradação. É tempo de reivindicar um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde. Para todos e por todos. Não vale a pena estar à espera que o acaso bata à porta e que o rumo se inverta. É tempo de despertar para a necessidade de lutarmos pelo SNS, pelo que é nosso. É chegada a hora de denunciar as situações indignas que conhecemos, que vivemos ou por que passam os nossos familiares.

Este não é um apelo político, mas um dever de cidadania. Temos, nós cidadãos, de nos bater por uma saúde pública de qualidade, temos de travar essa batalha, porque a alternativa – o deixa andar – não é aceitável para Portugal.

A urgência de uma solução digna para profissionais, utentes e fornecedores (a regularização de dívidas comerciais) sobrepõe-se a qualquer disputa partidária. Mas não sejamos ingénuos ao ponto de achar que a política pode ser colocada à margem desta urgente solução. Na verdade, impressiona ver os diferentes intervenientes da saúde pública ultrapassarem a tutela da pasta e dirigirem-se diretamente às mais elevadas instâncias como se de um último recurso se tratasse.

Portugal não merece estar no limite, à beira do precipício, seja ele qual for.

(*) Deputado do PSD

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



LAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Lagos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 06 de Outubro de 2017 pelas 20h30 na sede, sita na Rua Soeiro da Costa, nº 48-50, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Análise da situação política

a) - Autárquicas 2017

b) - Outros assuntos de interesse

PARANÁ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Paraná (Brasil) para reunir no próximo dia 23 de Outubro de 2017 pelas 12h00 na Rua Belo Horizonte, nº 940 Apart. 01 Centro - Londrina - Paraná, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção

- Mesa da Assembleia de Secção

- Comissão Política de Secção

NOTA

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Rua Belo Horizonte, nº 940 Apart. 01 Centro - Londrina, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 12h00 às 18h00



Órgão: Mesa do Congresso Nacional

Documento: Rateio para eleição dos delegados das estruturas residenciais ao Congresso Distrital JSD Braga

Concelhia	Menores	Maiores	Total	Percentagem militantes	Delegado atribuído por concelhia, se preenchidos os requisitos estatutários para tal (15 militantes)	Delegados atribuídos método d'Hondt	Total delegados a eleger
Amares	17	201	218	5,83%	1	6	7
Barcelos	5	451	456	12,20%	1	12	13
Braga	61	572	633	16,94%	1	17	18
Cabeceiras de Basto	7	73	80	2,14%	1	2	3
Celorico de Basto	1	76	77	2,06%	1	2	3
Esposende	6	123	129	3,45%	1	3	4
Fafe	3	62	65	1,74%	1	1	2
Guimarães	138	471	609	16,30%	1	16	17
Póvoa de Lanhoso	46	279	325	8,70%	1	8	9
Terras de Bouro	1	15	16	0,43%	1	0	1
Vieira do Minho	0	51	51	1,36%	1	1	2
Vila Nova de Famalicão	30	501	531	14,21%	1	14	15
Vila Verde	80	451	531	14,21%	1	14	15
Vizela	0	16	16	0,43%	1	0	1
Total	395	3342	3737	100,00%	14	96	110

Nota 1: não havendo Órgãos Distritais na plenitude de funções a Mesa chama a si o processo eleitoral.

Nota 2: o distrito de Braga tem presentemente, de acordo com as estatísticas facultadas pelos Serviços à Mesa do Congresso Nacional à data de emissão da convocatória - 6 de setembro, 3737 militantes, sendo 395 menores e 3342 maiores.

Nota 3: de acordo com o Regulamento dos Conselhos Distritais da JSD, no seu artigo 27º, nº 1, alínea c, II, o Conselho Distrital é composto por 110 delegados eleitos rateados pelas concelhias, sendo atribuído primeiramente a todas as concelhias, se preenchidos os requisitos estatutários para tal, sendo os restantes distribuídos proporcionalmente, por método d'Hondt, pelas concelhias.

Nota 4: têm direito a voto os Presidentes das Comissões Políticas Concelhias em efetividade de funções, ou quem os represente estatutariamente, não estando esse voto refletido na tabela acima indicada.

Nota 5: não havendo Órgãos Distritais na plenitude de funções não são atribuídas as inerências de voto do Presidente e do Secretário-geral.

Lisboa, 15 de setembro de 2017.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional,

José Miguel Filipe Baptista.